

DIREITOS HUMANOS

A C E S S O A J U S T I Ç A



A Experiência das Promotoras Legais Populares

Porto Alegre / Dezembro de 1998

A Experiência das Promotoras Legais Populares

Organizadora
Alinne Bonetti

2ª Edição
Porto Alegre - junho de 1999

thEMIS

Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero

Coordenação:

Virgínia Feix

Conselho Diretor:

Claudia Fonseca

Denise Dourado Dora

Domingos Dresh da Silveira

Márcia Ustra Soares

Margarida Maria Ramos

Maria Guaneci de Ávila

Oscar Vilhena Vieira

Regina Vargas

Equipe Técnica:

Carmen Campos

Elizete Cristina dos Santos

Jussara Bordin

Miriam Vieira

Rúbia Abs da Cruz

Salma Villaverde

Samantha Buglione

Vera Lúcia da Silva Pereira

Apoio:

Secretaria Nacional de Direitos Humanos

Ministério da Justiça

Fundação Ford

UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das

Nações Unidas para a Mulher

Fundação MacArthur

GTZ - Sociedade Alemã de Cooperação Técnica

Capa:

Parla Comunicação

Edição:

José Fonseca

2ª Edição

Porto Alegre - junho de 1999

THEMIS

Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero

Rua dos Andradas, 1137 / 2203

Porto Alegre - RS - Fone/Fax: (51) 212.0104

90020-007 - Brasil

e-mail: themisong@cpovo.net

A Experiência das Promotoras Legais Populares

<i>Apresentação</i>	5
<i>Elementos básicos</i>	7
<i>Compondo a Turma</i>	8
<i>Organizando o Curso</i>	11
<i>Ensinando e Aprendendo</i>	14
<i>Praticando</i>	21
<i>Anexos</i>	23

Apresentação

Inspirado no desejo de compartilhar uma experiência com Promotoras Legais Populares para que outras organizações, que estão trabalhando em prol da promoção da cidadania, possam aproveitá-la, este caderno visa descrever uma parte importante dos cinco anos de trabalho da Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. Falamos do projeto de capacitação legal para mulheres porto-alegrenses de baixa renda: dos recursos e estratégias utilizados ao longo do tempo, e dos tropeços e acertos que permitiram a evolução do curso até a forma em que ele se encontra hoje.

Para elaboração deste caderno, foram utilizados como fonte de pesquisa todos os materiais arquivados na Themis que retratavam os passos de execução do programa. Cada turma possui um conjunto de documentos, como o programa do curso, os modelos de oficinas e técnicas didáticas utilizadas, os questionários com as alunas e as avaliações. Também foram realizadas duas entrevistas com as coordenadoras da Themis para suprir eventuais lacunas. O relato aqui apresentado é uma síntese construída a partir da análise destes documentos.

Trata-se do registro de uma experiência singular, demonstrando que não existe uma única forma de atingir o objetivo proposto pelo projeto de intervenção. Não há fórmula mágica, de total eficácia que possa ser utilizada em diferentes contextos e com qualquer público. A experiência relatada aqui pode servir de ponto de partida para outras semelhantes, se - e talvez somente se - forem levadas em conta as vivências específicas de cada novo grupo. Mais do que fornecer uma receita com ingredientes e medidas pré-definidas, nosso intuito é transmitir o sentido do método, da postura dialógica que percorre todo o trabalho da Themis. Isto envolve constantes auto-reflexões, busca de aperfeiçoamento, atenção permanente às novas demandas, e o aprendizado através da experiência compartilhada com as participantes do curso. Neste clima de abertura para mudanças, críticas e sugestões, o fundamental é escutar o outro, senti-lo e construir conjuntamente a experiência.

Alinne Bonetti - Porto Alegre, novembro de 1998.

A experiência das promotoras legais populares

Elementos básicos

A concepção do Curso de Formação de Promotoras Legais Populares (PLPs) surgiu no início da década de 90 quando algumas mulheres, advogadas feministas, sensibilizadas pela dificuldade do acesso à Justiça para boa parte dos setores populares, resolveram agir. Motivadas por "um desejo de criar alguma coisa nova, uma idéia de construir algo que não está posto" como sugere uma das organizadoras do curso, formaram a Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero.

Em 1992, a equipe da Themis teve contato com o projeto de capacitação legal para mulheres dos setores urbanos de baixa renda do Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). A partir daí, formulou um projeto para a implementação do curso de Formação de Promotoras Legais Populares em Porto Alegre com o objetivo de capacitar lideranças comunitárias femininas. O curso de formação devia dar-lhes conhecimentos básicos de Direito, dos meios legais para defender os

seus direitos de cidadania, e ainda ensinar a multiplicar esses conhecimentos e atitudes na comunidade onde vivem.

Foi assim, "com uma idéia na cabeça e o código embaixo do braço", que o grupo da Themis começou a formar PLPs em duas zonas da periferia de Porto Alegre. Desde então, o formato do programa tem seguido certas linhas gerais de ação. Alguns meses antes do início do curso faz-se uma divulgação em conselhos tutelares, associações de moradores, postos de saúde e creches comunitárias, ou seja, entidades onde há mulheres que trabalham em organizações de cunho social, político e comunitário. As aulas são realizadas em um espaço de fácil acesso na região de moradia das participantes do curso. A duração de cada curso é de quatro meses, com aulas de cerca de três horas, normalmente à noite, uma vez por semana. Ao todo, o curso tem 60 horas de duração e é dividido em cinco módulos temáticos: direitos humanos e constitucionais, violência contra mulheres e meninas, direitos

reprodutivos, discriminação racial e no trabalho e direitos das mulheres

O procedimento didático consiste em aulas coordenadas por membros da equipe organizadora da Themis, oficinas, mostras de vídeos, discussões em grupo, conferências por palestrantes convidados (juízes, promotores e médicos) e ainda eventuais visitas a locais como, por exemplo, delegacias de polícia, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, Anistia Internacional, e o Grupo de Apoio e Prevenção da AIDS (GAPA). Ao término do curso, em formatura solene, as alunas assumem a promoção e a defesa dos direitos na sua comunidade e nos movimentos sociais em que atuam, na qualidade de promotoras legais populares.

Contudo, apesar deste roteiro básico, novos conteúdos, acrescentados sem prejuízo daqueles considerados indispensáveis, vão se desenvolvendo ao longo do curso. Propõe-se manter a flexibilidade para melhor adequar o curso à vivência concreta de cada turma de alunas. (Na primeira vila, por exemplo, o alto nível de violência resultou em aulas adicionais sobre este tema. Já na segunda, o interesse especial em direitos reprodutivos provocou maior ênfase neste assunto.) Na verdade, para entender o fenômeno da capacitação de promotoras legais populares, não basta conhecer as linhas gerais do programa. É preciso se aproximar das experiências concretas, dos

nas relações familiares.

encontros travados entre as organizadoras e cada nova turma. Nos parágrafos que seguem, descrevemos a evolução desse processo, destacando quatro elementos: a composição da turma, a organização dos conteúdos, os métodos didáticos, e o acompanhamento da prática de promotoras legais populares formadas.

Para melhor acompanhar este relato, lembramos que até agora houve seis turmas completas na região metropolitana de Porto Alegre: 1ª turma - Zona Leste, 1993; 2ª turma - Restinga, 1994-1995; 3ª turma - Partenon, 1996; 4ª turma - Grande Cruzeiro, 1996-1997; 5ª turma - Zona Norte, 1997 e 6ª turma - Humaitá e Navegantes, 1997.

Compondo a Turma

Como juntar uma turma de trinta mulheres oriundas dos bairros populares que têm vocação e disponibilidade para a promoção dos direitos de cidadania? A tarefa é mais complicada do que parece. Uma breve reconstrução histórica dos passos seguidos pela Themis do primeiro ao último curso de PLPs mostra como cada turma apresentou desafios diferentes, contribuindo para a forma de seleção que nesse momento parece mais eficaz.

O contato e a seleção das mulheres

Nas duas primeiras experiências, as da Zona Leste e Restinga, a Themis trabalhou em parceria com um órgão municipal que foi encarregado da seleção das alunas. Procuravam-se mulheres alfabetizadas que fossem líderes comunitárias nas regiões escolhidas. Nesse momento, a fonte principal de informações sobre as alunas era uma ficha de inscrição de 21 itens.

Esta primeira fase foi marcada por problemas de articulação com a entidade parceira, que se refletiram especialmente na turma da Restinga. Nos termos do acordo, a parceira da Themis respondia pela seleção das participantes e pela infraestrutura do curso. Devia fornecer espaço para as aulas e transporte para a equipe da Themis. Esta, por sua vez, era responsável pelos programas, recursos didáticos e a implementação do curso. Na Restinga, bairro que fica a mais ou menos uma hora do centro de Porto Alegre, o local combinado para as aulas nem sempre estava disponível, ou o meio de transporte para a equipe não aparecia.

Com tais desacertos, nessa primeira fase de implementação do projeto, a turma da Restinga se desmo-

bilizou e o número de formadas foi bem menor do que o grupo inicial de alunas.

Em 1994, finda a primeira parceria, e com novos pactos de cooperação estabelecidos com outras entidades, a equipe da Themis partiu novamente para a Restinga. Sentia que a sua intervenção ali estava incompleta. O grupo de interessadas logo se rearticulou e um novo curso teve início naquele local - agora sim, com os resultados esperados. A turma chegou até o final coesa e engajada, sendo que seu trabalho ainda hoje é referência na comunidade.

Também em 1994, a turma da Zona Leste, em busca de uma maior qualificação, pediu e ganhou um novo curso. Nesta ocasião foi introduzida uma nova forma de seleção. Como a iniciativa desse novo curso partira das próprias mulheres, a seleção da turma também ficou a cargo delas. A mudança, porém, não surtiu os efeitos esperados. Relações de parentesco e de amizade foram os principais critérios de seleção. Em certos casos, o ingresso no curso foi utilizado como um instrumento político de barganha. Tal situação não podia deixar de influenciar os resultados. Já nos primeiros encontros, a equipe da Themis sentiu uma diferença de coesão e engajamento do grupo. Pouco a pouco, as pessoas perderam o interesse e o curso não chegou ao fim.

Em suma, nessas primeiras experiências de 93 e 94, apenas duas turmas deram certo e continuam no trabalho com a comunidade até hoje. Mas os fracos resultados das outras deram duas grandes lições. A primeira, refere-se aos pactos de cooperação: antes de tudo, deve-se levar em conta a ideologia norteadora da entidade com a qual se pretende trabalhar, ou seja, ter propósitos comuns com os parceiros. Em seguida, é preciso garantir uma clara divisão de responsabilidades e o compromisso de cada entidade com elas. A segunda lição diz respeito aos critérios de seleção. Para o sucesso do curso, é fundamental a motivação das mulheres, o entrosamento nas suas respectivas comunidades e o engajamento com as questões sociais da mulher. Para garantir o respeito a esses critérios, a seleção ficou, deste momento em diante, a cargo da equipe da Themis.

As experiências vivenciadas com esses primeiros grupos e situações, os erros e acertos que despertaram a auto-reflexão e a auto-crítica, ajudaram a Themis a garantir uma maior eficácia nas edições subsequentes do curso.

Em 1996, na região do Partenon, com o projeto mais maduro, a inserção deu-se a partir da divisão territorial adotada pelos Conselhos Tutelares. Foi feita uma lista das associações de bairro, dos cultos religiosos, dos clubes de mães, das

reuniões do orçamento participativo e das datas em que essas entidades reuniam-se. Com esses dados, a equipe foi aos bairros, participou de reuniões das entidades e distribuiu panfletos e convites para encontros de apresentação do curso. Nesses encontros todas puderam responder questionários com informações gerais sobre os seus interesses e receber convites de participação.

O questionário então introduzido foi uma transformação da ficha de inscrição aplicada nas primeiras turmas. A constatação da necessidade de um melhor conhecimento prévio das alunas deu origem ao questionário de 42 ítems, a partir do qual montou-se um programa de acordo com as demandas e trajetórias das diferentes alunas. As transformações e reformulações desse questionário, ao sabor das diferentes experiências dos cursos, levaram à sua forma atual.

Nas turmas quatro, cinco e seis - Grande Cruzeiro, Zona Norte, e Humaitá/Navegantes, micro-regiões 5, 1 e 2 do Conselho Tutelar respectivamente - o método de mapeamento das áreas onde seriam ministrados os cursos foi refinado. Primeiramente, a equipe da Themis, reuniu dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre as regiões; dados da Fundação de Planejamento Metropolitano Regional (Metroplan) sobre assentamentos urbanos; listagem das associações de moradores feitas pelos

Conselhos Tutelares das regiões; e indicações a partir de contatos pessoais, reuniões das igrejas e "forças livres" (lideranças femininas, não necessariamente vinculadas a entidades comunitárias, cuja grande atuação na comunidade é publicamente reconhecida). Só então as reuniões para a divulgação do curso foram marcadas e os questionários, já reformulados, aplicados. A seleção das participantes pôde então ser feita com um leque muito maior de informações.

Resumindo, para compor cada nova turma de Promotoras Legais Populares seguem-se as seguintes estratégias:

❶ Mapeamento

- pesquisa de dados demográficos e sócio-econômicos da região onde será oferecido o curso;
- pesquisa de dados sobre planejamento habitacional urbano da região;
- contato com os Conselhos Tutelares;
- contato com Associações de Bairro, Clubes de Mães, grupos ligados à Igreja local;
- contato com as "forças livres" da comunidade, indicadas por terceiros.

❷ Panfletagem

- visitas a casas particulares para a distribuição de material informativo sobre o curso e convites para reuniões, muitos

dos quais elaborados pelas mulheres (*ver Anexo I*);

- participação nas reuniões de entidades e grupos da comunidade em geral.

❸ Reuniões Convocatórias

- leitura de apresentação da entidade e do curso (*Ver Anexo II*);
- distribuição de textos para as participantes das reuniões;
- entrega de panfletos para as candidatas distribuírem em suas vizinhanças;
- convocação de novas reuniões, quando for necessário.

❹ Identificação das participantes

- aplicação do questionário (*ver Anexo III*);
- definição de interesses prioritários.

Organizando o Curso

Tudo partiu de uma preocupação comum: ensinar noções básicas de Direito para mulheres, tendo em vista o seu acesso à Justiça. O programa original, usado para a primeira turma (1993), continha literatura sobre Direitos Humanos, Direito Constitucional, Direito Penal e Direito de Família - enfatizando sempre os direitos da mulher. Esse

equipe da Themis, com artigos de sua autoria e fragmentos de textos jurídicos. Uma coletânea foi distribuída em forma de caderno a cada aluna da turma.

Já na segunda turma efetiva, foram incorporadas modificações de forma e fundo. Levando em conta o elemento de abstração constituinte do Direito e a sua lógica de difícil apropriação, a Themis inverteu a abordagem pedagógica. Passou a tomar a vida das mulheres como ponto de partida, relacionando acontecimentos de seu cotidiano com o Direito na sua forma abstrata. Um exemplo desta mudança refere-se à abordagem do tema "violência doméstica". No primeiro curso, partiu-se do direito, analisando como a lei penal tratava as situações de violência conjugal. Já na segunda turma, inverteu-se a ordem. Tendo como referência casos concretos, relatados pelas próprias mulheres, participantes do curso, foi-se então buscar no direito, tanto penal como de família, as soluções existentes. O caminho da construção de conhecimentos passou a ser o caminho que as mulheres percorrem, da delegacia de polícia aos tribunais.

Este tipo de abordagem, da "vida como ela é" às leis e políticas de administração da justiça, permitiu uma vinculação mais direta e menos abstrata, das participantes do curso com o campo do direito. Possibilitou inclusive uma análise crítica contundente sobre a forma como se produziram as leis e sua

aplicabilidade concreta.

Ao mesmo tempo, introduziram-se novas técnicas de ensino: mini-oficinas de relaxamento e concentração, de expressão oral e escrita, dinâmicas de grupo, oficina sobre violência, e uma avaliação final do curso feita em conjunto, por organizadoras e participantes.

Na turma seguinte, o leque de temas ampliou para incluir aulas sobre a "Organização do Estado e Justiça", "Direitos Fundamentais e Discriminação", "Direito de Família", "Direitos Reprodutivos e Sexuais", "Violência Doméstica, Conjugal e Sexual", "Direito do Trabalho" e "Funcionamento de Delegacias e Juizados". Além dos recursos didáticos usuais, organizaram-se visitas a delegacias de polícia, Instituto Médico Legal, Anistia Internacional, Ministério Público e Assembléia Legislativa. O material distribuído em aula também diversificou-se.

As últimas edições do curso trazem outra novidade: a organização dos cursos em módulos. Daqui em diante, cada curso é dividido em cinco módulos, de acordo com os diferentes temas, tendo uma coordenadora de equipe da Themis responsável por sua implementação. Cada módulo, de diversas aulas, é acompanhado por consultores especializados. As aulas podem ser ministradas pela equipe da Themis, bem como por professores convidados, que além da

exposição oral oferecem material escrito às alunas.

Os professores e professoras convidados mudam a cada curso, pois esta é uma estratégia usada para sensibilização junto aos operadores do direito. A cada nova turma, são também “selecionados” junto aos profissionais da área jurídica, com quem a Themis trabalha e/ou tem contato e conhecimento, pessoas dispostas a realizar este debate junto às comunidades e que concordam em cooperar voluntariamente com o programa de promotoras legais populares. Assim, têm participado dos cursos juízes de direito, desembargadores, advogados/as, promotores de justiça, procuradores da república, professores de direito, contribuindo muito para o aprofundamento dos temas em debate, e divulgando junto à comunidade jurídica a existência do programa. Apresentamos aqui uma breve descrição dos módulos e conteúdos atuais.

Módulo I:

Direitos Fundamentais

- Direitos Humanos: histórico e atualidade
- A Constituição Federal
- Organização do Estado e da Justiça

Módulo II:

Direitos das mulheres nas relações familiares

- Relações Conjugais
- Separação/Divórcio
- Alimentos/Guarda dos filhos/Regulamentação de visitas
- Estatuto da Criança e do Adolescente/Adoção/Guarda

Módulo III:

Garantia dos direitos das mulheres em situação de violência

- Identificação da violência contra a mulher: conjugal, sexual, doméstica
- Encaminhamento, especificações, crimes
- Crimes de lesões, violência doméstica, sistema penal, brasileiro, juizados especiais criminais

Módulo IV:

Proteção e garantia dos direitos reprodutivos

- Corpo e sexualidade
- Planejamento familiar e esterilização
- Doenças sexualmente transmissíveis e AIDS
- Mortalidade materna, aborto, leis sobre saúde da mulher

Módulo V:

Garantia dos direitos das mulheres no trabalho e Discriminação Étnica

- Direito do Trabalho/Legislação

- Assédio sexual/discriminação da mulher no trabalho
- Discriminação racial: leis e instrumentos de proteção

Ensinando e Aprendendo

Não basta, no entanto, simplesmente listar os conteúdos do programa. A eficácia do curso depende em grande medida de um método pedagógico dinâmico calcado na interação dialógica entre as alunas e a equipe organizadora. Trazemos aqui alguns recursos didáticos que foram ensaiados ao longo dessa experiência.

Exercícios em grupos

Considerando sua duração de três a quatro horas, as aulas expositivas são mescladas com outros recursos didáticos. No meio delas é comumente proposta uma discussão em grupos sobre um tema em pauta. Antes de separar a turma em pequenos grupos, elegem-se relatoras que deverão expor ao grande grupo as posições dos núcleos. Cada um organiza sua discussão em torno de um exercício, fornecido em geral pelo professor. Aqui estão alguns exemplos dos mais utilizados:

Os Direitos das Humanas:

Esse exercício (*ver anexo IV*), utilizado na primeira aula do curso,

visa introduzir a questão do Direito não como algo abstrato, mas concreto e palpável, na vida das pessoas.

No início da aula, cada aluna recebe uma folha na qual deve completar a frase: “sou mulher, e como humana tenho direito a ...”. O objetivo aqui é fazer com que as mulheres construam individualmente uma carta de direitos adequada à sua realidade. No segundo momento, elas discutem uma carta de direitos comum ao grupo. Há, portanto, uma negociação de suas diversas concepções sobre o assunto. No final, as participantes recebem uma cópia da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sugere-se então uma comparação deste documento com aquele que o grupo constituiu, destacando as suas semelhanças e acentuando que o caminho que elas seguiram - a partir da experiência pessoal até o geral, abstrato - é o caminho constitutivo do direito.

Este exercício foi sempre uma experiência muito interessante no curso. O primeiro momento, que consistia em cada uma das alunas escrever, individualmente, os direitos que tinha, ou achava que deveria ter, era cercado de dúvidas. Era perceptível a dificuldade das mulheres de enxergarem-se como “sujeito de direitos”, de mergulhar em sua vida e identificar “seus direitos”. O que acabava ocorrendo era o surgimento de “reivindicações” como o direito de ver a novela sem

que o marido ou os filhos trocassem o canal da TV, o direito de andar de mini-saia na rua sem que ninguém assobiasse, etc... Destes exemplos, até a idéia do “direito de ir e vir” de privacidade e liberdade, percorria-se um instigante caminho de discussões e descobertas na sala de aula.

Júri Simulado:

Como o próprio nome diz, esse exercício é a encenação de um júri fictício (*Ver anexo V*). Escolhido o tema - um caso sobre aborto - distribui-se para a turma uma súmula do caso a ser julgado com uma série de argumentos. Uma das organizadoras coordena o processo de julgamento, enquanto os diferentes papéis no júri são representados pelas participantes.

A organização do júri começa com, pelo menos, duas semanas de antecedência. Definido o caso, divide-se a turma em dois grupos, com uma equipe coordenadora de cada um. Um grupo fará a acusação e o outro a defesa; são também escolhidas as mulheres que serão o júri (estas não participam dos grupos). Cada grupo conta com a orientação de uma advogada da Themis para discutir os argumentos que serão usados, buscar as leis e os precedentes na jurisprudência, articular testemunhas, etc... O papel do juiz tem sido sempre cumprido por juízes da vara do tribunal do júri, sendo que no último curso a aula realizou-se na sala de audiências do Fórum Central.

Esta técnica tem se revelado interessante porque possibilita um aprendizado muito quente de como se debatem pontos de vista divergentes no campo do direito, de como se organiza a justiça e qual a diferença existente entre os papéis dos operadores do direito, como advogados, promotores e juízes.

Estudos de caso:

Da mesma forma, são distribuídos diferentes casos que contemplam a violação dos direitos da mulher (*Ver anexo VI*). Com eles vem um roteiro de questões pertinentes: que direito foi violado? Qual a lei que protege esse direito? A quais entidades você a encaminharia? Como você orientaria essa mulher? Os resultados são apresentados ao grande grupo e rediscutidos com a equipe organizadora.

Recursos Áudio-visuais

Apresentação de vídeos e filmes sobre temas a serem discutidos em aula, como incentivo à reflexão.

Temas de Casa

Esses exercícios para casa podem ser mini-pesquisas em jornais e revistas sobre os temas tratados em aula (aborto, assédio sexual, discriminação...), o manuseio da Constituição Federal ou de artigos sobre Declaração Universal dos

Direitos Humanos, etc. O objetivo é propiciar um contato maior com alguns elementos fundamentais do Direito e incentivar a reflexão sobre questões atuais, que digam respeito às relações de gênero e à garantia dos Direitos da Mulher.

Material Didático Distribuído

- *Constituição Federal de 1988*
- *Guia do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)*
- *Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8.069/1990*
- *Relatório Azul - Garantias e Violações dos Direitos Humanos no RS / Comissão de Cidadania e Direitos Humanos / Assembléia Legislativa/RS*
- *Relatório Pelo Fim das Punições Físicas Contra as Crianças: A Experiência Européia / Comissão de Cidadania e Direitos Humanos / Assembléia Legislativa/ RS*
- Material organizado por cada consultor de módulo e folhas de exercícios
- Clippings com artigos, reportagens sobre os temas discutidos em aula
- Cópias de leis, esquemas sobre a organização dos Poderes do Estado
- Cartilhas sobre legislação trabalhista

Técnicas de Sensibilização :

As técnicas de sensibilização são usadas para intervenções pontuais e tópicas. Podem ser utilizadas em qualquer momento do curso e em qualquer local, tanto em aula quanto nas oficinas, para ajudar no relaxamento e na concentração, integração, expressão e sensibilização das integrantes da turma.

① Identificação/Apresentação

Cada participante se apresenta falando sobre si mesma: do que gosta de fazer, do que gosta na vida, do trabalho.... O objetivo é trabalhar a identidade de cada participante, possibilitando um maior entrosamento entre o grupo.

② Desenvolvimento da Expressão Oral

No início, todas as participantes caminham pela sala. São orientadas a começar a pronunciar o seu próprio nome, primeiro bem baixinho, e ir aumentando paulatinamente, até chegar a gritar. O exercício desbloqueia a expressão oral. Na segunda parte, as alunas são orientadas a formar duplas. Uma assume o papel de convencer a outra sobre determinado assunto, e a outra deve contrargumentar e resistir, sempre “em javanês”, ou seja, em alguma língua incompreensível. Este exercício favorece a desinibição, pois não há nenhum compromisso em fazer um discurso minimamente articulado, já que ninguém entende nada do que é

dito. Mesmo assim, em geral as discussões são acaloradas. Na terceira parte, com as participantes dispostas em roda, uma voluntária começa a contar uma história qualquer. Assim que a coordenadora do exercício dá um sinal, imediatamente ela pára de contar a história e a seguinte da roda tem que continuar do ponto em que a narrativa foi interrompida. As participantes são orientadas a continuar a história fluidamente, sem interrupções ou vacilações, como se efetivamente conhecessem a história que vai sendo inventada coletivamente.

③ Desenvolvimento de Expressão Escrita

Exercício que busca desenvolver nas PLPs a habilidade da escrita, preparando-as para um contato maior com as diferentes instâncias burocráticas jurídicas, e familiarizando-as com os diferentes documentos que deverão manipular. Inclui noções básicas de técnicas de redação, distribuição e explicação de diferentes prontuários e fichas de cadastros de atendimentos no SIM.

As participantes recebem dados de um caso fictício a ser resolvido. Elas fazem o “atendimento” e dão os encaminhamentos necessários, usando conhecimentos adquiridos em aula.

Este exercício propiciou que fossem reformulados vários materiais

utilizados, simplificando-os e objetivando-os para atender melhor a população.

④ Sensibilização para Introdução da Discussão sobre Violência

Sendo um assunto particularmente delicado, aprimoram-se técnicas especiais para a introdução do tema de violência. Os seguintes exercícios, geralmente usados no início do módulo, partem das noções espontâneas das mulheres para levá-las a uma reflexão aprofundada.

O exercício consiste em escrever no quadro-negro a palavra violência, em letras grandes, para depois distribuir um cartão às participantes e sugerir que escrevam a primeira palavra que lhes vier à cabeça ao deparar com a palavra violência. Recolhem-se os cartões, que agrupados de acordo com os tipos de violência sugeridos - física, sexual, psicológica/simbólica - orientam a discussão sobre cada um desses tipos.

Outro exercício utilizado foi elaborar uma “linha da vida”. As mulheres eram reunidas em grupo, com uma folha grande de papel e canetas, e elaboravam uma linha da vida coletiva, que iniciava com seu nascimento e iam sendo identificados os momentos e situações de violência de cada uma. Em uma ocasião, a aluna R. contou que, ao nascer, a primeira mulher de

uma família já com seis crianças, seus pais a colocaram num cesto de palha e largaram no rio. Foi encontrada por uma família de pastores protestantes, e aí criada. Veio a pergunta: é violência? Foi a primeira violência de minha vida?

Oficinas

Além dos recursos didáticos já antes elencados, criou-se a partir da segunda turma um espaço específico, separado do espaço da aula, para oficinas temáticas sobre assuntos tais como: "Violência e Aconselhamento", "Regularização Fundiária e Acesso à Terra", "Discriminação Racial" e "Direitos Sexuais e Reprodutivos". Ocupando muitas vezes um dia inteiro, a oficina introduz um momento diferenciado de discussão sobre determinado assunto, com métodos e técnicas específicos ao tema trabalhado. Nesse espaço, a interação intensiva entre todas as participantes propicia a construção conjunta de conhecimento.

No decorrer da experiência com as diferentes turmas de PLPs, algumas oficinas ligadas a assuntos polêmicos sobre direitos da mulher foram institucionalizadas, tornando-se parte fixa do curso. Outras oficinas são implementadas ou não, de acordo com cada contexto particular de intervenção. A seguir,

relatamos o funcionamento de duas destas oficinas.

Oficina sobre Violência e Aconselhamento

Essa oficina tem por objetivo capacitar mulheres a identificar a violência, além de encaminhar e dar suporte às vítimas. Geralmente ela é implementada no final do módulo sobre violência e pode ser repetida no final do curso.

Em primeiro lugar busca-se conhecer o perfil do grupo, como ele entende a violência, e que tipos de violência marcam as suas experiências. Formula-se então um roteiro para a discussão e algumas questões para serem distribuídas ao grupo. Como subsídio, a Themis tem apresentado um vídeo gravado da televisão sobre um grupo de presidiárias norte-americanas, condenadas pelo homicídio de seus maridos, que formaram um grupo de auto-ajuda para tratar a síndrome da mulher violentada. O objetivo é desconstruir a idéia de vitimização da mulher e deslocar o olhar para os sujeitos das relações violentas.

O ambiente é preparado com papel nas paredes e canetas à disposição das participantes, que devem se sentir à vontade para expressar seus sentimentos ao longo da oficina. Há sempre uma música ao fundo, para ajudar na descontração. Toda a oficina é marcada pela combinação de diferentes técnicas, entre elas a de

relaxamento e a de concentração. Depois de um intervalo inicia-se a etapa do aconselhamento, que pode vir a ser uma oficina à parte. Seu objetivo é desenvolver a chamada escuta de ajuda. A moderadora formula questões sobre casos hipotéticos para aconselhamento e as distribui ao grupo. Este, então, divide-se em dois círculos concêntricos, de forma que uma pessoa fica de frente para a outra. As pessoas no círculo exterior assumem o papel de quem busca conselho, e as do círculo interior se fazem de aconselhadoras. O tempo do aconselhamento é de, no máximo, dois minutos. Ao sinal da moderadora as participantes vão trocando de lugar - as de um círculo em sentido horário, e as do outro em sentido anti-horário. Quando as duplas iniciais se reencontram, encerra-se essa etapa.

Dissolvidos os grupos, a turma inteira discute e avalia as orientações e os procedimentos do aconselhamento. O objetivo aqui é, fundamentalmente, trabalhar questões que tangenciam a violência - como AIDS, prostituição, aborto, estupro - e definir os limites da orientação. Além disso, procura-se vislumbrar o alcance dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, que serão postos em prática.

Oficina sobre Discriminação Étnica

Essa oficina intitulada "Afinal,

somos racistas?" tem por objetivo sensibilizar as PLPs para a questão étnica, apontar os significados e identificar os elementos de uma prática discriminatória, proporcionar um espaço de discussão sobre a legislação vigente e finalmente constituir uma consciência sobre as questões raciais.

Seguem-se as etapas dessa oficina:

① Introduzir a questão da discriminação: sensibilizar as participantes para uma identificação de preconceitos e pré-concepções arraigadas sobre a questão

- em ambiente descontraído e agradável, espaço amplo, arejado, diferente dos locais onde as aulas são ministradas;

- com música de fundo temática afim, que no caso foi a trilha sonora do seriado "Tenda dos Milagres", para incentivar a descontração e a sensibilização das pessoas;

- com uma "exposição interativa", ou seja cartazes sobre a questão racial, material informativo sobre encontros e entidades que trabalham com a questão, revistas, discos, livros de autores envolvidos com a questão da negritude, objetos da cultura negra, etc. distribuídos pelo ambiente da oficina para que as pessoas toquem, manipulem, tenham contato com esses materiais;

- com todas as pessoas envolvidas na oficina podendo enxergar

umas às outras (a disposição mais interessante é a circular) e à vontade para sentarem-se como quiserem;

- com uma rodada de apresentação, sugerindo-se alguns critérios - como local de moradia, alguns elementos da trajetória de vida - e convidando as alunas a relatar alguma situação vivenciada que considerem como uma relação de discriminação.

② Promover o envolvimento e a coesão do grupo, a participação ativa na oficina e a reflexão

- escolhendo dois poemas de poetas negros e sugerindo que alguém faça a leitura para o grande grupo;

- apresentando "A Cor do Sexo", vídeo produzido pela Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP), sobre diversos temas da questão racial, como as situações cotidianas que envolvem o negro em nossa sociedade e em que o racismo se manifesta.

- dividindo a turma em pequenos grupos e incentivando uma composição mesclada, com pessoas que não se conheciam previamente;

- formulando questões sobre o vídeo para orientar a reflexão nos pequenos grupos e identificando as situações;

- discutindo em pequenos grupos;

- distribuindo para as participantes um kit com reportagens, artigos

de revistas, cópias da legislação vigente sobre discriminação racial, cartilhas, etc, organizado pelas moderadoras;

- apresentando o produto das discussões em pequenos grupos para o grande grupo;

- apresentando alguns dos conceitos principais que envolvem a questão racial, tais como racismo, preconceito, gênero, estereótipo e discriminação racial;

- intervindo (as moderadoras) sobre os elementos levantados na discussão, para introduzir questões acerca do preconceito, os aspectos jurídicos, educação, mercado de trabalho, casamentos multi-raciais, elementos sócio-culturais, e sempre fazendo uma interface com as questões de gênero, levando-se em conta a especificidade do caso brasileiro.

- promovendo uma discussão avaliativa do processo da oficina com as participantes, antes do fechamento.

Palestras

Ao longo do curso promovem-se palestras de representantes de ONGs e órgãos públicos, tais como:

- Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (GAPA)
- Anistia Internacional
- Ministério Público
- Procuradoria de Justiça
- Assembléia Legislativa

- Delegacias de Polícia
- Brigada Militar

Visitas

O currículo prevê visitas a locais que serão pontos de referência na futura prática das PLPs, entre eles o Instituto Médico Legal (IML), Delegacias de Polícia, Ministério Público, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado, etc. Já no processo de preparação do curso, estes contatos regionais são iniciados. É fundamental que, ao final do curso, as PLPs conheçam os serviços na sua região e sejam reconhecidas por eles. Por isto as visitas, em grupo e previamente agendadas, são muito importantes!

Praticando

As PLPs aplicam seus conhecimentos em diversos espaços. Algumas delas ocupam cargos de liderança em associações comunitárias. Outras foram eleitas para os Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente. Ainda outras, exercendo uma influência enquanto vizinhas e parentes dos moradores do bairro, sentiram a necessidade de criar uma estrutura apropriada à atividade de PLP. Em função dessa demanda surgiu, a partir da terceira turma, o **Serviço de Informação à Mulher (SIM)**, em maio de 1996. Cada SIM

possui uma coordenação eleita pelas próprias PLPs.

Hoje existe um SIM em todos os bairros enquadrados no projeto de PLP, no total de 6 SIMs. Dando consultas em um espaço normalmente cedido pela comunidade (numa escola, creche ou associação comunitária), as promotoras se revezam em plantões semanais, das 10h às 20h, com supervisão e orientação da equipe da Themis.

O SIM procura ser um ponto de referência na comunidade para coleta e difusão de informações, organização de ações educativas, recebimento e encaminhamento de demandas envolvendo violações de direitos, mobilização da defesa dos direitos humanos e outras atividades de PLPs. Com essa finalidade, produziram-se panfletos, um livreto de endereços úteis, e outros impressos para todos os interessados. (ver material distribuído às participantes do seminário "Direitos Humanos, Acesso à Justiça", em dezembro de 1998).

Após a conclusão do curso há um constante acompanhamento do trabalho das PLPs através de **cursos de atualização e qualificação** sobre temas muitas vezes solicitados pelas próprias mulheres em função de sua prática. Dessa forma, produzem-se oficinas sobre os Conselhos Tutelares, por exemplo, ou o funcionamento do Ministério Público Federal.

A Themis também promove **reuniões quinzenais** com as coordenadoras dos SIM, na sede da ONG no centro de Porto Alegre. Dessas reuniões saem ações políticas conjuntas. Elaboram-se propostas (sobre direitos humanos, o orçamento participativo, ou Conselho Municipal de Saúde...) a serem apresentadas nas diversas instâncias de poder público. Também, através da troca de experiências e a discussão de problemas comuns, reforçam-se os laços entre PLPs das diferentes regiões.

Finalmente, a Themis considera de fundamental importância a reflexão conjunta sobre o trabalho realizado. Tanto no final de cada curso de PLPs quanto na subsequente implementação do SIM são distribuídos questionários de **avaliação** sobre as práticas realizadas. Além disso as PLPs participam junto com a equipe da Themis em oficinas de avaliação, coordenadas pela GTZ, com a qual a Themis vem trabalhando em parceria desde 1994. (*Ver Anexo VII*)

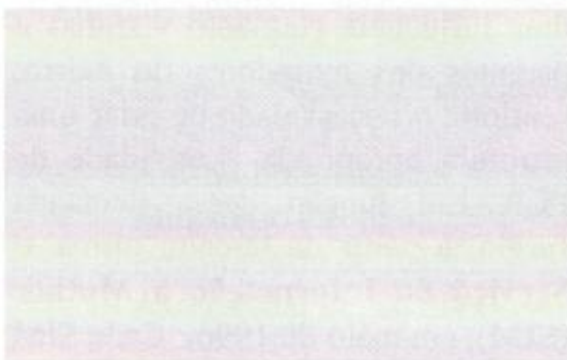
Na avaliação, pergunta-se: o curso está conseguindo sensibilizar as mulheres para as questões de gênero? Está instrumentalizando as participantes com informações suficientes? Há de fato um aprendizado da prática de cidadania? O SIM está efetivamente servindo aos seus propósitos? Em suma, procura-se avaliar se as promotoras

conseguem aplicar seus conhecimentos em situações concretas, se servem, sim ou não, como multiplicadoras dos direitos de cidadania.

Não existe fórmula mágica

Enfim, tentamos aqui produzir um material que possa auxiliar nas futuras experiências de multiplicação e promoção da cidadania. É interessante lembrar agora que esta é uma experiência particular, desenrolada num contexto social e histórico específico.

Talvez resida aí a dificuldade de compilar sistematicamente informações sobre um processo que muitas vezes se dá de forma intuitiva. Não existe fórmula mágica, uma receita fixa, infalível. Trata-se de um **processo** em construção constante que deve se adequar criativamente à realidade concreta e que se redefine, passo a passo, em função do diálogo entre as organizadoras, as promotoras e suas próprias comunidades.



Quais são os meus direitos?

Anexos

De uma forma bem fácil, apresentamos um pouco sobre direito para quem quer saber mais sobre o assunto e também o direito de quem quer saber mais sobre o assunto.

Para saber mais sobre o assunto, basta entrar em contato conosco.

De 11 de novembro - 1998 - no CEASA (Rua Coronel Neves, 551)

Compre o seu livro e saiba mais sobre os seus direitos!

Anexo I

Quais são os meus direitos?

Pergunta como esta nos fazemos a cada dia. Mas quase sempre não sabemos o que fazer. Respostas para esta dúvidas podemos encontrar no curso **gratuito** organizado pela Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, entidade que se preocupa com as mulheres.

Nestes cursos, mulheres-advogadas explicam o que é violência; falam sobre os métodos para não engravidar; quais os direitos que temos sobre nossos filhos e o que devemos fazer quando nossos maridos e companheiros nos batem, entre muitas outras coisas úteis.

De uma forma bem fácil, aprendemos um pouco sobre **direito** para podermos ajudar nossas amigas e vizinhas e revolver os problemas que acontecem no dia-a-dia das nossas casas.

Para discutir isto participe da reunião preparatória.

Dia - **11 de novembro - 18h30min** - na **CEGEB (Rua Coronel Neves, 555)**

Compareça e descubra quais são os seus direitos!

Anexo II

THEMIS - ASSESSORIA JURÍDICA E ESTUDOS DE GÊNERO

A THEMIS é uma organização não governamental, constituída na forma de uma Associação Civil, sem fins lucrativos, direcionada a promover os direitos humanos, em especial os direitos das mulheres.

Com o objetivo de promover os direitos das mulheres, a **THEMIS** desenvolve as seguintes atividades e projetos:

- # presta atendimento e orientação jurídica individual em casos de violência e discriminação contra a mulher;
- # desenvolve programas de capacitação jurídica, em especial o curso de **Promotoras Legais Populares**;
- # busca uma sensibilização dos operadores do direito (juizes, promotores, advogados, delegados, estudantes, etc.) para os problemas relativos à violência e discriminação contra a mulher, através de distribuição de materiais produzidos, congressos, conferências, cursos;
- # executa pesquisas, proporciona orientação jurídica a entidades, órgãos governamentais e não-governamentais, parlamentares e profissionais em geral.

Programa de Formação de Promotores Legais Populares se constitui em cursos de **capacitação de mulheres em Direitos**. Este curso **pretende ensinar noções básicas de direito** que proporcione o exercício da cidadania, conhecimentos sobre o funcionamento básico da Justiça no Brasil, Direitos Humanos, Direito Constitucional, Violência contra a Mulher, Direitos Reprodutivos, Discriminação Racial e no Trabalho, entre outros pontos a ser determinados conforme a região. **Este curso é gratuito.**

Depois do curso de Promotoras Legais Populares, surge a proposta de organizar o **SIM - Serviço de Informação à Mulher**, já implantado em duas regiões da cidade (Zona Leste e Restinga), que orienta e encaminha as mulheres sobre seus direitos básicos de cidadania, atendendo a demanda de emergência (delegacias, Instituto Médico Legal - IML), bem como incentiva medidas de prevenção da violência familiar, além de organizar reuniões, estudos e debates. O objetivo é criar condições para que a própria comunidade resolva suas necessidades na área do direito. Este serviço é feito na forma de plantão semanal, com o acompanhamento de uma advogada da **THEMIS**.

Essa é a proposta da **THEMIS**, que tem como objetivo proporcionar o Acesso à Justiça para as mulheres, através da **INFORMAÇÃO**, pois ninguém pode defender-se de violações sem ter o conhecimento de quais sejam os seus direitos. A consequência é uma maior sensibilização para o problema e a possibilidade de se interromper o ciclo da violência, a começar dentro do próprio lar.

CONVOCAMOS AS MULHERES INTERESSADAS PARA UMA PRIMEIRA REUNIÃO PARA FORMAÇÃO DO GRUPO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES DA MICRORREGIÃO 5 NO DIA 11 DE NOVEMBRO, NO CEGEB - Rua coronel Neves, 555 - Cuzeiro. COMPAREÇA!

Atenciosamente,
THEMIS

Anexo III

THEMIS - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero Programa de Formação de Promotoras Legais Populares

Microrregião 1: Humaitá/Navegantes/Ilhas/Noroeste

QUESTIONÁRIO

A - DADOS PESSOAIS

- 1) Nome
- 2) Data de Nascimento Raça
- 3) Situação Conjugal (solteira/casada/viúva/companheira/separada judicialmente/outros
- 4) Endereço
- 5) Telefone para contato
- 6) Você estuda? (sim/não) Onde?
- 7) Você tem filhos? (sim/não) Quantos?
Idade Quantas gravidez?
- Você mora com seus filhos? (Sim/não) Por que?

B - TRABALHO:

- 1) Qual sua profissão?
- 2) Qual o endereço de seu trabalho?
- 3) Qual o seu salário atual?
- 4) Qual a renda total de sua família?

C - VIDA COMUNITÁRIA

- 1) Mora há quanto tempo nesta região?
- 2) Participa de algum movimento/organização comunitária? (sim/não) Qual?
- 3) Você já foi vítima de uma situação de violência? (sim/não) Como você reagiu?

D - PROMOTORAS LEGAIS POPULARES:

- 1) O que você pensa que é o curso de Promotoras Legais Populares?
- 2) O que você espera do Curso de Promotoras Legais Populares?

Questionário (Cont)

Anexo III (Cont)

E - JUSTIÇA/DIREITO:

- 1) Você conhece alguma lei? (sim/não) Quais?
Como conheceu?
- 2) Você sabe quem é e o que faz:
O ADVOGADO (sim/não) O que faz?
O PROMOTOR DE JUSTIÇA (sim/não) O que faz?
O JUIZ (sim/não) O que faz?
A POLÍCIA (sim/não) O que faz?

F - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:

- 1) O que você entende por violência contra a mulher?
- 2) Você conhece casos de violência? (sim/não) Quais casos de violência?
Como você agiu a respeito?

G - SAÚDE DA MULHER

- 1) O que você entende por planejamento familiar?
- 2) O que você sabe sobre a AIDS?
Quais as formas de contágio? Como ficou conhecendo?
- 3) Você conhece alguém que já vivenciou uma situação de ABORTO?
(sim/não) Como você agiu?
O que você pensa a respeito?

H - RESPONDA:

- 1) MENCIONE ALGUNS ASSUNTOS QUE VOCÊ TENHA INTERESSE EM DEBATER OU APROFUNDAR:
- 2) CONTE A SUA HISTÓRIA DE VIDA:



Anexo IV
SOU MULHER E COMO HUMANA
TENHO DIREITO A

em casa

**no trabalho e na
escola**

nas ruas

no amor

em todos os lugares e momentos

**Assessoria Jurídica e
Estudos de Gênero**

THEMIS

Curso de PLPs - Microrregiões 1 e 2
Júri Simulado
Dezembro de 1997

CASO ABORTO

A. nasceu em 1975, filha de pequenos produtores rurais da região das Missões. Em 1987 veio morar na periferia de Porto Alegre, junto com seus pais que perderam a terra em função de colheitas desastrosas e dívidas bancárias. Há 5 anos atrás, A. engravidou de um namorado e teve um menino. O namorado não assumiu o filho e desapareceu e A. permaneceu morando com sua família que ajuda a criar o menino. No ano passado, A. engravidou novamente, sua família a expulsou de casa e ela foi morar com uma colega de trabalho. IA. trabalha como comerciária e recebe um salário mínimo e meio por mês.

Tomou conhecimento de que havia umas "pílulas" para abortar e que uma farmácia no centro vendia sem receita. Comprou e ingeriu 6 Cytotec (remédio para úlcera) e, durante a noite, teve fortes cólicas e sangramentos. De manhã cedo, sua colega levou-a ao hospital, onde realizou uma curetagem.

A sindicância do prédio, desconfiando da situação, denunciou à polícia, que dirigiu-se ao hospital, abrindo inquérito. Ficou provado que havia sido realizado aborto, crime previsto pelo Código Penal Brasileiro.

A. será julgado por este crime.

Anexo VI

Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero Promotoras Legais Populares Partenon

1. Ana Claudia é recepcionista e está desempregada. Leu um anúncio de emprego no jornal, oferecendo uma vaga à pessoa com boa aparência. Ana Claudia submeteu-se à seleção, obtendo primeiro lugar nas provas de capacitação. Entretanto, quando foi apresentar-se para o trabalho, ficou sabendo que não havia sido selecionada para o emprego, pois não passou no quesito "boa aparência", por ser negra.

2- Catarina é dona de casa e tem 4 filhos. Há um ano vem procurando o posto de saúde de sua região a procura de métodos contraceptivos compatíveis com seu corpo, visto que tem pressão alta e não pode usar a pílula contraceptiva. Ela nunca conseguiu tal atendimento, porque o médico alegava que o sistema público de saúde não dispunha de outros métodos para distribuição gratuita. Catarina hoje está novamente grávida e descobriu no decorrer da gravidez que estava portadora do vírus HIV. O mesmo médico do posto de saúde que acompanhava a gravidez de Catarina contou para outras pessoas do resultado dos seus exames.

3. Clementina é casada com Antônio há 7 anos e tem um filho. Um ano após o casamento, quando Clementina estava grávida, o marido ameaçou-a pela primeira vez. Depois a violência foi aumentando gradativamente até que ele começou a mantê-la presa em casa, proibindo a relação dela com sua família e amigas e, às vezes, separando Clementina de seu filho, que é levado para a casa da avó sem sua permissão.

4. Marilinda trabalha em uma empresa como auxiliar de escritório. Certo dia seu chefe imediato convidou-a para sair e ela não aceitou. Ele continuou insistindo por vários dias até que ameaçou demití-la caso não fosse atendido. Marilinda contou o ato para uma colega de trabalho que aconselhou-a escrever uma carta à direção da empresa, expressando sua opinião sobre o fato. Foi demitida.

Questões:

1. Que direito foi violado?
2. Qual a lei que protege este direito?
3. A quais entidades você encaminharia?
4. Como você orientaria esta mulher?

Anexo VII

THEMIS - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero
Programa de Formação de Promotoras Legais Populares
Microrregião 5/ abril de 1997
AVALIAÇÃO DO CURSO DE PLPs

I. DADOS PESSOAIS:

- 1) Nome, Data de nascimento, Endereço, Telefone para recado

III. VIDA COMUNITÁRIA:

- 2) Você participa de alguma entidade/associação de bairro da sua região? (sim/não) Qual?
3) O Curso lhe despertou o interesse em envolver-se com a problemática das mulheres (violência, discriminação, etc.) na sua região? (sim/não)

III - DIREITO/JUSTIÇA

Após o desenvolvimento do curso, faça algumas observações sobre:

- 4) O que você pensa que é Direito?
5) Na sua opinião, existem leis que interferem na vida das mulheres? (sim/não)
6) Você já vivenciou algum tipo de violência? (sim/não)
7) Você conhece alguma mulher que sofreu algum tipo de violência? (sim/não)
8) O que você entende por violência doméstica?
9) Você conhece casos de violência doméstica? Como você agiu ou agiria a respeito? O curso mudou o seu ponto de vista a respeito?
10) Que outro tipo de violência contra a mulher você conhece?
11) comente sobre a Constituição Brasileira?

IV - CORPO E SEXUALIDADE / DST - AIDS

- 12) O que você destaca como importante no curso no que diz respeito ao corpo e sexualidade?
13) O que você aprendeu sobre AIDS, DST, e as maneiras de encarar as discriminações e preconceitos sobre o assunto?

V - AVALIAÇÃO DOS MÓDULOS

- 15) Mencione alguns assuntos que despertaram maior interesse no decorrer do curso:
- a) vinculados aos Direitos Fundamentais
 - b) Vinculados à Violência Contra a Mulher
 - c) Vinculados aos Direitos das Mulheres no Trabalho
 - d) Vinculados aos Direitos das Mulheres na Relações Familiares
 - e) Vinculados aos Direitos Reprodutivos
 - f) Em relação a outros direitos
- 16) O que você esperava do curso de Promotoras Legais Populares? A expectativa foi satisfeita?



Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero

Rua dos Andradas, 1137 / 2203
Porto Alegre - RS - Fone/Fax: (51) 212.0104
90020-007 - Brasil
e-mail: themisong@cpovo.net

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

FUNDAÇÃO FORD